PREFEITURA MUNICIPA...

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2021/PMMA/PI.

Dispensa de Licitação Nº 008/2021 – PMMA/PI

Processo Administrativo Nº. 00.000.0202/2021 – PMMA/PI.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL/PMMA/PI E A EMPRESA: A F V DE SOUSA - ME.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES – **PMMA/PI**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.614/0001-87, com endereço na Rua Mariano Mendes Nº 33 – Centro, CEP: 64.130.000 – Miguel Alves/PI, através da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, neste ato representado pela Secretária Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social a Senhora: Arlene Naiara Leal da Silva Rebelo, inscrito no RG: 1.774.968 /SSP/PI, CPF: 927.651.493-72, brasileira, casada, com endereço profissional na Rua Mariano Mendes Nº 33, Centro, Miguel Alves/PI, E-mail: naiara-1@hotmai.com, Fone: (86) 98839 – 5970, doravante designada **CONTRATANTE** e a empresa: A F V DE SOUSA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Silvino Araújo Nº 1737, Bairro: Centro, CEP: 64.130.000 – Miguel Alves/PI, Fone: (86) 3265 - 1429, E-mail: asmn07@hotmail.com, inscrita no CNPJ/MF Nº 12.041.253/0001-92, neste ato representado por seu titular o Senhor: Antônio Francisco Vieira de Sousa, CPF: 552.302.963-72, RG Nº 1.356.581/SSP/PI, E-Mail: asmn07@hhotmail.com, Fone (86) 3265 - 1429, denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem em comum acordo firmar o presente Contrato para o fornecimento de material de limpeza, para atender necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social/PMMA/PI, com fundamento no Processo Administrativo nº 00.0202/2021/PMMA/PI, em conformidade com as especificações técnicas dos anexos, sujeitando suas partes a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, art. 24,

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

Inciso II, c/c Art. 23, Incisos II, da Lei Federal nº. 8.666/93 com fundamento na Dispensa de Licitação Nº 008/2021/PMMA/PI e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Contrato, mediante cláusulas e condições que se seguem:

A Empresa: A F V DE SOUSA - ME, com sede no endereço supra, por seu titular no fim assinado, compromete-se:

Pelo instrumento particular individual mantido entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMM/PI/SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADÂNIA E ASSISTÊNCIA SOCIA/PMMA/PI e a empresa acima definida e qualificada, por seus respectivos representantes legais, infra timbrados, ajustam e contratam o integral cumprimento das cláusulas e condições descritas neste instrumento individual que integra todas as disposições da DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2021/PMMA/PI referente ao Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIA/PMMA/PI.

Este Termo de Contrato Administrativo encontra-se vinculado ao Processo Administrativo nº. 00.0202/2021 – PMMA/PI.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso II, c/c Art. 23, Incisos II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

I – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO:

Este contrato individual encontra-se vinculado às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como a todas as determinações contidas no Instrumento exordial, Processo Administrativo, realizada sob DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 08/2021/PMMA/PI, examinado conforme preceitua LLC (§ único do art. 38 da Lei 8.666/93) observando precipuamente às cláusulas descritas no art. 55 da mesma lei, em aplicação subsidiária.

II – CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A empresa contratada se compromete expressamente ao fornecimento a Contratante, o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE IMPEZA, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADÂNIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL/PMMA/PI, em conformidade com a Dispensa de Licitação nº 08/2021/PMMA/PI, PA nº 00.0202/2021/PMMA/PI, cujo teor encontra-se recepcionado por este instrumento como se nele transcrito.

PARÁGRAFO ÚNICO: - Faz parte integrante do presente contrato, independente da transcrição, a proposta da preços da Contratada, a Dispensa de Licitação Nº.

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

08/2021/PMMA/PI – Fundamenta no art. 24, Inciso II, c/c Art. 23, Incisos II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

MATERIAL DE LIMPEZA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT	UND	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	Água sanitária, caixa com 12 frascos de 1.000 ml.	900	UND.	1,50	1.350,00
02	Desodorizador de ar, frasco de 360 ml.	20	UND.	8,50	170,00
03	Desinfetante líquido, caixa com 12 frascos de 1.000 ml.	250	UND.	1,80	450,00
04	Detergente líquido, caixa com 24 frascos de 500 ml.	250	UND.	1,50	375,00
05	Esponja dupla face.	100	UND.	0,40	40,00
06	Limpa alumínio, caixa com 24 frascos de 500 ml.	30	UND.	1,80	54,00
07	Sabão em barra, pacote c/05 und. 200g.	180	Pacote	6,00	1.080,00
08	Sabão em pó, caixa com 20 pacotes com 500g.	350	UND.	3,50	1.225,00
09	Papel higiênico. Rolo.	900	UND.	2,75	2.475,00
10	Papel toalha para banheiro, fardo com 1.000 folhas.	100	UND.	3,80	380,00
11	Saco para lixo, pacote com 10 unidades, capacidade para 30 litros.	300	Pacote	1,70	510,00
12	Saco para Lixo 50 litros de capacidade. Pacote com 100 unidades, cor Azul.	300	Pacote	1,70	510,00
13	Saco para lixo capacidade para 100 litros. Pacote com 05 Unidades.	230	Pacote	1,70	391,00
14	Copo descartável 180 ml, pacote com 100 unidades.	450	Pacote	3,50	1.575,00
15	Copo descartável 50 ml, pacote com 100 unidades.	250	Pacote	1,50	375,00
16	Saco de pano 50 x 70.	150	UND.	4,50	675,00
17	Vassoura de Palha.	200	UND.	1,50	300,00
18	Vassoura Nylon com cabo	40	UND.	8,50	340,00
19	Lustra Móveis 100 ml.	10	UND.	2,50	25,00
20	Rodo de Borracha 40 cm.	30	UND.	6,50	195,00

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

MATERIAL DE LIMPEZA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT	UND	VALOR UNT	VALOR TOTAL
21	Balde com alça plástico 10 litros.	20	UND.	5,00	100,00
22	Álcool 70º 1000 ml.	200	Litros	6,00	1.200,00
23	Luva de Plástico.	20	PAR	7,00	140,00
24	Pá de Lixo	40	UND.	4,00	160,00
25	Cesto plástico com tampa 60 litros.	30	UND.	23,00	690,00
VALOR GLOBAL CONTRATADO:					**14.785,00**

III – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

3.1. A CONTRATADA executará o objeto deste contrato, nos moldes e condições de sua proposta, ficando para tanto ajustado o valor estimado de R$ 14.785,00 (Quatorze Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais), para um período de 03 (três) meses, com base em preços praticados no mercado, devendo o pagamento ser efetuado na forma que determina o Termo de Referência e Ordem de Serviço, depois de ser devidamente atestada pelo setor competente de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PMMA/PI, documentos esses que serão processados e pagos segundo a legislação vigente, nas condições dispostas na legislação pertinente, não permitido qualquer acréscimo além do que fora ali previsto, exceto quando por força de revisão devidamente justificada e comprovada.

3.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

3.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos bens comuns descritos na nota fiscal apresentada.

3.5. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

3.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antonio Francisco Vieira da Silva

PMMA/CPL
P.A.: 0202121
FL.:
ASS.:

3.7. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

3.8. A Solicitação de pagamento deverá ser protocolada no Órgão Contratante com a Nota Fiscal correspondente e toda a documentação que deverá ser encaminhada, diretamente ao Fiscal deste Contrato/Comissão de Recebimento (Servidor do Órgão Contratante), que somente atestará a execução do objeto nomes de referência e liberará a referida solicitação para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

3.9. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Gestor deste Contrato/Comissão de Recebimento (Servidor do Órgão Contratante) e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3.10. No caso de atraso de pagamento, desde que comprovadamente a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM= I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

3.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

3.11.1. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

3.11.2. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

3.11.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

3.11.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

3.12. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

3.12.1. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a Contratante, nem deverá haver prejuízo da prestação do fornecimento pela Contratada.

3.13. O pagamento será feito através de transferência bancária na conta corrente da Contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

3.14. Os pagamentos relativos à aquisição dos bens comuns só serão pagos em nome da empresa contratada não sendo admitida a emissão de faturas em nome de filiais ou de terceiros.

3.15.. O pagamento poderá ser sustado pela Contratante, caso ocorra inadimplemento das obrigações da Contratada para com a Contratante e/ou erros ou vícios na fatura.

3.16. Dados Bancários do Credor:

Banco: Banco do Brasil S/A
Agência: 2298 -5
Conta Corrente: 15.525 - X
Operação: 001
Credor: A. F. V DE SOUSA - ME

IV – CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado.

4.2. No caso de atraso de pagamento, desde que comprovadamente a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM= I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

V – CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. Nos termos dos Art. 67, § 1º, Lei nº. 8.666, de 1993 será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens comuns, anotando em registro próprio todas as

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observada.

5.2. O Gestor e Fiscal do Contrato serão servidores indicados por portaria específica para este contrato do quadro da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PMMA/PI, os quais deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento e acompanhara a execução do contrato.

5.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.5. A Fiscalização será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PMMA/PI, através de servidor/comissão designado para esse contrato, no qual serão prestados/fornecido os bens/materiais/serviços, a quem caberá realizar, entre outras atribuições:

5.5.1. Emitir **mensalmente** a Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PMMA/PI para conhecimento e encaminhamentos subsequentes, **Relatório de Acompanhamento dos Serviços/Bens/Materiais, Executados, quando for o caso**.

5.5.2. Atestar a(s) nota(s) fiscal (is) e vistar os demais documentos apresentados pela Contratada, bem como apor o "de acordo", quando julgá-los corretos.

5.6. <u>Constituem as atividades do Fiscal de Contrato:</u>

5.6.1. Fornecer todos os meios legais para o ideal desempenho das atividades contratadas;

5.6.2. Emitir relatório final de execução do contrato de sua responsabilidade;

5.6.3. Notificar a Contratada qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais;

5.6.4. Controlar a vigência dos contratos;

5.6.5. Acompanhar a execução, principalmente quanto à regularidade, legalidade e qualidade dos bens comuns previstos no objeto do contrato administrativo;

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

VI - CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.0. – A CONTRATADA SE OBRIGA A:

6.1. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação fiscal, jurídica e trabalhista.

6.1.2 Efetuar a entrega dos bens comuns, cumprindo e observando as normas e legislação, em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do TR e da proposta, acompanhado dos respectivos documentos obrigatórios com todos os equipamentos de segurança e em conformidade com a legislação pertinente;

6.1.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

6.1.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.6. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.1.7. Prestar os serviços em conformidade com a legislação pertinente;

6.1.8. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do termo de referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de validade e outras informações pertinente ao objeto licitado.

6.1.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.10. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias, o produto com avarias ou defeitos;

6.1.11. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação; Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202121
FL.:
ASS.:

6.1.12. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato ou em legislação específica;

6.1.14. Em tudo agir, segundo as diretrizes e legislação específica, cumprindo rigorosamente a legislação fiscal e trabalhista.

6.1.15. Os bens de consumo deverão ser entregues e transportados cumprindo todas as normas vigentes, dentro de prazo de validade e em conformidade com as Instruções Normativas dos Órgãos competentes.

6.1.16. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas nos prazos estabelecidos;

6.1.17. Utilizar pessoal devidamente habilitado para execução do objeto contratado;

6.1.18. Responsabilizar-se por danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

6.1.19. Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a Contratante, se não previstas neste Instrumento;

6.1.20. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, no acompanhamento da execução do serviço, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

6.1.21. A CONTRATADA assumirá responsabilidade integral e exclusiva pelos serviços CONTRATADOS, bem como, responder por todas as atividades decorrentes da prestação de serviços, objeto do Contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro;

6.1.22. A CONTRATADA deverá obedecer e fazer cumprir as normas de segurança do trabalho;

6.1.23. Em tudo agir, segundo as diretrizes e legislação específica.

6.1.24. Comunicar a Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PMMA/PI, por escrito, qualquer anormalidade no fornecimento e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo Gestor do Contrato.

6.1.25. Atender prontamente quaisquer exigências do Gestor do Contrato, o que for relacionado ao objeto ora contratado;

Antonio Francisco Vieira de Sousa

6.1.26. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeições, vales-transportes, e outras que eventualmente venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

6.1.27. Não ceder ou transferir a outrem por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar, os serviços a que está obrigada por força do Contrato, salvo se previamente autorizado pela Administração da Contratante.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.2.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PMMA/PI:

6.2.2. Efetuar o pagamento, quando da sua contratação, nos prazos e as condições estipuladas neste instrumento e em conformidade com a legislação pertinente.

6.2.3. Promover por meio de servidor (es) especialmente designado, o acompanhamento e a fiscalização do contrato sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dando aceite observando o detalhamento contido na proposta da contratada e/ou devolvendo para substituição, os que porventura não atenderem as descrições e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.2.4. Fiscalizar a execução dos serviços prestados pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo PMMA/PI, não devem ser interrompidos;

6.2.5. Proporcionar à empresa contratada as facilidades necessárias a fim de que a contratada possa prestar os serviços a contento;

6.2.6. Fornecer ao contratado todas as informações, documentação relacionadas com o objeto conforme descrições e especificações do objeto contratado;

6.2.7. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à entrega do objeto, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;

6.2.8. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento contratual;

6.2.9. Comunicar à Contratada, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços;

6.2.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2.11. Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para figurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data do recebimento dos documentos de comprovação;

6.2.12. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham ser solicitados pela Contratada, durante a vigência e execução dos serviços;

Antônio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

6.2.13. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário;

VII – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

7.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos, da Lei no. 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas.

I. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos serviços não executados, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias;

b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e,

c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

II. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

III. <u>Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:</u>

a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

IV. ADVERTÊNCIA

a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

VIII – CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

8.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que a PMMA/PI, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, no valor inicial atualizado do objeto, respeitado os limites conforme o disposto na Lei Federal 8.666/93.

8.2. Fica facultada a supressão além do limite previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

8.3. O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja interesse da Administração, com apreciação das devidas justificativas.

IX – CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

9.2. Em situações excepcionais depois da anuência administrativa é permitida a subcontratação, em parte do objeto contratado, no entanto cabe a Administração definir previamente e expressamente a sua aceitação, obedecendo-se disposições do art. 72 da Lei 8.666/93, não excluída a responsabilidade da contratada.

X – CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRRA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA COMO SUPORTE DA DESPESA E DOS ESTÁGIOS DA LEI Nº 4.320/64:

11.1. O crédito pelo qual correrá a despesa origina-se: Recursos Ordinários: Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FMAS, Criança Feliz, CRAS, Pro Jovem, IGD Suas Dotação Orçamentária: 08.244.0016.2150.0000; 08.243.0015.2124.0000; 08.243.0017.2154.0000;

Antonio Francisco Vieira da Silva

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

08.244.0016.1673.0000; 08.244.0016.2125.0000; 08.244.0016.2147.0000; - Elemento de Despesa: 33.90.30 - Projeto Atividade: 2124;2154;1673;2125;2147;2150-Fonte:001; 311.

11.2. Os pagamentos serão efetuados obedecendo rigorosamente os estágios indicados no art. 63 da Lei nº 4.320/64.

XII – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO:

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja na rescisão com as consequências contratuais, inclusive com o reconhecimento dos direitos da Administração conforme disposto nos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

12.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando contraditória e ampla defesa.

12.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

12.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos (I do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos (II do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados (III do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento (IV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (V do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato (VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores (VII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 desta Lei (Lei nº 8.666/93) (VIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil (IX do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

Antonio Francisco Vieira de Sena

PMMA/CPL
P.A.: 020212
FL.:
ASS.:

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado (X do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato (XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato (XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

m) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei; (XIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

n) A suspensão da execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; (XIV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; (XV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

p) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto; XVI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato (XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

s) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

12.3.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3.2.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

12.4. A rescisão do contrato poderá ser: *(Art. 79, Lei Federal nº 8.666/93)*

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

12.4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93; *(Art. 79, Inciso I, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.4.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; *(Art. 79, Inciso II, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.4.3. Judicial, nos termos da legislação vigente; *(Art. 79, Inciso III, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. *(Art. 79, § 1º, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.6. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: *(Art. 79, § 2º, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.6.1. Devolução de garantia; *(Art. 79, § 2º, I, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; *(Art. 79, § 2º, II, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.6.3. Pagamento do custo da desmobilização. *(Art. 79, § 2º, III, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.7. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo. *(Art. 79, § 5º, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.8. A rescisão de que trata o inciso I do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei: *(Art. 80, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.8.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração; *(Art. 80, Inciso I, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.8.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei; *(Art. 80, Inciso II, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.8.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; *(Art. 80, Inciso III, Lei Federal nº 8.666/93).*

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

12.8.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração. *(Art. 80, Inciso IV, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.9. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do art.80 da Lei Federal nº 8.666/93, fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta. *(Art. 80, § 1º, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.10. É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais. *(Art. 80, § 2º, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.11. Na hipótese do inciso II do art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93 deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso. *(Art. 80, § 3º, Lei Federal nº 8.666/93).*

12.12. A rescisão de que trata o inciso IV do artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93, permite à Administração, a seu critério, aplicar a medida prevista no inciso I do art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93. *(Art. 80, § 4º, Lei Federal nº 8.666/93).*

XIII – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

13.1. Conforme especificações do objeto o local de entrega dos bens comuns será no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PMMA/PI, situado na Rua Mariano Mendes, Nº 33 – Centro – Miguel Alves/PI, conforme Ordem de Compra.

13.2. O objeto do presente Termo de Referência será fornecido a cada solicitação de entrega pela Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social/PMMA em prazo não superior a 05 (cinco) dias após recebimento da ordem de fornecimento/compra.

Antonio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

XIV – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E PRAZOS:

14.1. Os bens comuns serão recebidos: **Provisoriamente** a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta da contratada.

14.2. Executado o Contrato, o seu objeto será recebido pela Comissão de Recebimento de Bens/Materiais/Serviços, composta de, no mínimo 3 (três) servidores, na forma do artigo 15, §8º da Lei 8.666/93, que terá a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequações dos serviços executados, conforme art. 73, inciso II, letras "a" e "b", e ainda, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

14.3. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constante do Termo de Referência e da proposta e sua consequência aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório.

14.4. O objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Proposta da Contratada.

14.5. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, devendo ser imediatamente substituído, à custa da Contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

14.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não sendo procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.7. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após observação e vistoria que comprove as conformidades com as especificações do objeto executado com o Termo de Referência e proposta da empresa contratada.

14.8. O objeto será executado, somente mediante a apresentação de autorização, devidamente preenchida e expedida pela autoridade competente ou responsável por ele designado:

a) Os bens comuns deverão ser entregues no prazo legal estabelecido na ordem de fornecimento, emitida pelo setor competente;

b) A entrega dos bens comuns deverá ser executada de acordo com as disposições desse Termo de Referência e legislação pertinente ao objeto;

14.9. Por ocasião da entrega dos bens comuns, o contratado deverá colher comprovante de entrega contendo data, o nome, o cargo e a assinatura emitidos pela Administração responsável e designados para o recebimento e fiscalização dos serviços executados.

Antônio Francisco Vieira de Sousa

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
Fl.:
ASS.:

14.10. A CONTRATADA comprometer-se-á a entregar os bens comuns em conformidade com a legislação vigente, bem como, efetuar a substituição ou complementação de quantitativos imediatamente, e totalmente às suas expensas de qualquer serviço comprovadamente adulterado ou inutilizável, ou ainda incompatível com o Termo de Referência e Proposta da Contratada na forma do art. 69 da Lei nº 8.666/93.

14.11. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, e previdenciários, decorrentes da execução do contrato, correndo a cargo da CONTRATANTE absolutamente os valores referentes contratados do objeto na forma da proposta da contratada.

14.12. Será designado pela Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PMMA/PI o Fiscal do contrato, na forma que determina a legislação e no Termo de Referência, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do Objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

XV – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PRAZO E VIGÊNCIA:

15.1. O fornecimento dos bens comuns do objeto deste contrato caracteriza-se em face da necessidade da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social/PMMA..

15.2. Da celebração do Contrato Administrativo Individual, o qual estará adstrito ao crédito orçamentário que sustentará a despesa prevista, preservada a ressalva do inciso II do art. 57 da Lei 8.666-93.

15.3. O contrato respectivo terá vigência de 03 (três) meses com efetiva entrega dos bens comuns a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma que determina a legislação Data da Assinatura: 23/02/2021 – Vigência: **23/02/2021 a 23/05/2021**.

15.4. Será dada publicidade o resumo do contrato na forma de extrato no Diário Oficial dos Municípios – DOM, Jornal de Grande Circulação, Portal da Transparência, Quadro de Avisos na forma e prazo que determina a legislação.

XVI – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

16.1. Conforme faculta o art. 56 da Lei nº 8.666/93, não haverá depósito em garantia da execução, nada tendo o contratante que restituir ou acrescentar ao contrato inicial no final deste contrato.

Antonio Francisco Vieira de Sena

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

XVII – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS, LEGISLÇÃO APLICAVÉL E VINCULAÇÃO AO INTRUMENTO INICIAL:

17.1. Encontram-se as partes estritamente vinculadas a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2021/PMMA/PI e ao processo administrativo que contém o procedimento, bem com a legislação vigente aplicável e, ainda, na obrigação de manter durante todo o contrato a compatibilidade das obrigações assumidas nas condições iniciais previstas no instrumento exordial, sem prejuízo da manutenção das condições habilitatórias no decorrer de toda execução, assegurada a manutenção da qualidade dos materiais.

XVIII – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE:

18.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, Jornal de Grande Circulação, Portal da Transparência, Quadro de Avisos, no prazo máximo que determina a legislação, da data de sua assinatura.

XIX – CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

19.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei na 8.666/93, sempre por intermédio de Termo Aditivo.

XX – CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

20.1. **Fundamentação Legal:** Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II, c/c Art. 23, Incisos II, da Lei Federal nº. 8.666/93 – Processo Administrativo nº 00.0202/2021/PMMA/PI – Dispensa de Licitação nº 08/2021/PMMA/PI.

XXI – CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:

21.1. Para qualquer ação decorrente deste contrato, elegem as partes contratantes, de comum acordo, o foro da cidade de Miguel Alves/PMMA/PI, independentemente de outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim justos e contratados, assinam este contrato individual em 03 (três) vias, perante as testemunhas abaixo que a tudo assistiram.

Miguel Alves (PI), em 23 de fevereiro de 2021.

Arlene Naiara Leal da Silva Rebelo.
Arlene Naiara Leal da Silva Rebelo
Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social /PMMA/PI.
CONTRATANTE

PMMA/PI
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

Antonio Francisco Vieira de Sousa

A F V DE SOUSA.
CNPJ: 12.041.253/0001-92
Representante Legal: Antônio Francisco Vieira de Sousa
CONTRATADA

Testemunhas:

Manoel da Cruz Lima
RG/CPF: 048.273.383-18

Antonieta Leite
RG/CPF: 819.560.023-91

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:
ASS.:

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 08/2021 — Miguel Alves-PI, 04 de Janeiro de 2021.

"Dispõe sobre a nomeação do Diretor Geral do Hospital Local Pedro Vasconcelos - HLPV - Miguel Alves-PI"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES, Estado do Piauí, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base no que dispõe o Art. 88 da Lei Orgânica do Município.

Considerando o fato de que os cargos e funções de confiança são, nos termos da lei, de livre nomeação e exoneração.

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** o Sr. WANDERSON RODRIGUES DE ARAÚJO RIBEIRO, CPF. Nº 038.712.053-03, no cargo em comissão de Diretor Geral do Hospital Local Pedro Vasconcelos - HLPV – Miguel Alves/PI, percebendo o símbolo Especial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em Miguel Alves-PI, 04 de janeiro de 2021.

FRANCISCO ANTONIO REBÊLO PAIVA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 09/2021, — Miguel Alves-PI, 04 de Janeiro de 2021.

"Dispõe sobre a nomeação da Secretária Municipal de Assistência Social- Miguel Alves- PI"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES, Estado do Piauí, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base no que dispõe o Art. 88 da Lei Orgânica do Município.

Considerando o fato de que os cargos e funções de confiança são, nos termos da lei, de livre nomeação e exoneração.

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** a Sra. Arlene Naiara Leal da Silva Rebelo, CPF. Nº 927.651.493-72, no cargo em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social – Miguel Alves/PI, percebendo o símbolo Especial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em Miguel Alves-PI, 04 de janeiro de 2021.

FRANCISCO ANTONIO REBÊLO PAIVA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PIAUÍ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR GIL

PORTARIA Nº 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação do ocupante do cargo em comissão que menciona e dá outras providencias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR GIL, estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Monsenhor Gil e Resolução nº 07 de 25 de abril de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **CARLA PATRÍCIA PEREIRA**, portadora de RG 2.725.849 SSP PI e CPF/MF 034.287.303-21 do cargo de TESOUREIRA da Câmara Municipal de Monsenhor Gil, símbolo DAL II;

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário;

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se

Eliane da Silva Moura
PRESIDENTE

Estado do Piauí
Câmara Municipal de Monsenhor Gil

ATA DA ELEIÇÃO E TERMO DE POSSE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR GIL – PI CNPJ: 07.708. 795/0001-36 PARA O BIÊNIO 2021/2022.

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um, no Plenário Vereadora Maria de Jesus Pereira dos Santos, Palácio Vereador João Miguel Batista, sede da Câmara Municipal de Monsenhor Gil, CNPJ nº 07.708.795/0001-36, localizada na Rua José Noronha, 95, Centro, município de Monsenhor Gil, estado do Piauí. Às 10h00min, reuniram-se de acordo com os arts. 39, I, 49 e 50 da Lei Orgânica do Município de Monsenhor Gil em consonância com o art. 318 II e IV do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que tratam da Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monsenhor Gil para o 1º biênio da 14ª Legislatura, compreendendo o exercício de 2021 e 2022. Em obediência ao Regimento Interno, para presidir os trabalhos, assumiu a Presidência da Sessão por ser o mais idoso, o Vereador João José de Abreu Filho, brasileiro, aposentado, casado, portador de RG nº 598498 SSP PI e CPF nº 338.493.903-49, extraído da CNH nº 01861834087, residente e domiciliado na Comunidade Baixa Grande, BR-316, Km 88, Zona Rural, Monsenhor Gil, Piauí, que designou o Vereador Flávio Henrique dos Santos, brasileiro, casado, técnico de informática, portador de RG nº 1.256.934 SSP PI e CPF nº 534.728.703-97, residente e domiciliado na Av. Joel Mendes, 458, Centro, Monsenhor Gil, Piauí, para secretariar os trabalhos. Dessa forma, fizeram-se presentes e compuseram a mesa do Plenário os vereadores: João José de Abreu Filho, acima qualificado; Flávio Henrique dos Santos, acima qualificado; Geraldo Luiz Mendes Ribeiro, brasileiro, solteiro, agente de correios/carteiro, portador de RG nº 1.103.300 SSP PI e CPF nº 446.380.783-20, residente e domiciliado na Comunidade Baixão dos Ribeiros, Zona Rural, Monsenhor Gil, Piauí; Sidney Éder Silva de Carvalho, brasileiro, casado, comerciante, portador de RG nº 2.320.842 SSP PI e CPF nº 005.369.133-40, residente e domiciliado na Rua Natal 458, Bairro Gruta de Areia, Monsenhor Gil, Piauí; Mayison da Silva Santos, brasileiro, solteiro, consultor empresarial/autônomo, portador de RG nº 2.170.751 SSP PI e CPF nº 669.952.213-20, residente e domiciliado na localidade Vila da Paz, na Comunidade Baixa Grande, Zona Rural, Monsenhor Gil, Piauí; Eliane da Silva Moura, brasileira, solteira, bacharel em Ciências Contábeis, portadora de RG nº 2.397.257 SSP PI e CPF nº 011.989.533-14, residente e domiciliada na Rua Pedro Joana, 57 Bairro Cedro, Monsenhor Gil, Piauí; Norma Suely Vieira de Abreu Andrade, brasileira, casada, professora, portadora de RG nº 985.275 SSP PI e CPF nº 450.946.833-49, residente e domiciliada na Rua São Miguel, 205, Bairro Cedro, Monsenhor Gil, Piauí; Gislane Sousa Araújo, brasileira, solteira, empresária, portadora de RG nº 2.734.782 SSP PI e CPF nº 038.927.253-14, extraído da CNH nº 06349158413, residente e domiciliada na Comunidade Baixa Grande, Zona Rural, Monsenhor Gil, Piauí e Cleidson Benedito Paiva, brasileiro, solteiro, Técnico em Segurança do Trabalho, portador de RG nº 3.471.339 SSP PI e CPF nº 059.153.353-73, residente e domiciliado na Rua da Pedreira, 560, Bairro Gruta de Areia, Monsenhor Gil, Piauí. Na forma regimental, o Senhor Presidente João José de Abreu Filho, declarou aberta a Sessão, logo após, pediu para que todos em posição de respeito ouvissem a execução do Hino Nacional Brasileiro. Na sequência, o Senhor Presidente convidou os vereadores para registrarem as chapas. Em seguida, o Senhor Secretário realizou a leitura, a qual foi apresentada a chapa única composta pelos vereadores:

(Continua na próxima página)

www.diarioficialdosmunicipios.org
A divulgação virtual dos atos municipais

PREFEITURA MUNICIPA...

PMMA/CPL
P.A.: 0202121
FL.:
ASS.:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00.0202/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento de material de limpeza, para atender necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.
CNPJ: 15.759.262/0001-01
CONTRATADO: A F V DE SOUSA - ME.
CNPJ: 12.041.253/0001-92
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II c/c Art. 23, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 14.785,00 (Quatorze Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais).
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FMAS, Criança Feliz, CRAS, Pro Jovem, IGD Suas Dotação Orçamentária: 08.244.0016.2150.0000; 08.243.0015.2124.0000; 08.243.0017.2154.0000; 08.244.0016.1673.0000; 08.244.0016.2125.0000; 08.244.0016.2147.0000; - Elemento de Despesa: 33.90.30 - Projeto Atividade: 2124;2154;1673;2125;2147;2150-Fonte:001; 311
VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 23/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 23/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social: Arlene Naiara Leal da Silva Rebelo. Contratado: A F V de Sousa: Antônio Francisco Vieira de Sousa.
Miguel Alves (PI), 23 de fevereiro de 2021.
Publique-se.
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

PMMA/CPL
P.A.: 0202/21
FL.:

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI.
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI.
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00.0202/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento de material de limpeza, para atender necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.
CNPJ: 15.759.262/0001-01
CONTRATADO: A F V DE SOUSA - ME.
CNPJ: 12.041.253/0001-92
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II c/c Art. 23, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 14.785,00 (Quatorze Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais).
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FMAS, Criança Feliz, CRAS, Pro Jovem, IGD Suas Dotação Orçamentária: 08.244.0016.2150.0000; 08.243.0015.2124.0000; 08.243.0017.2154.0000; 08.244.0016.1673.0000; 08.244.0016.2125.0000; 08.244.0016.2147.0000; - Elemento de Despesa: 33.90.30 - Projeto Atividade: 2124;2154;1673;2125;2147;2150-Fonte:001; 311
VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 23/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 23/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social: Arlene Naiara Leal da Silva Rebelo. Contratado: A F V de Sousa: Antônio Francisco Vieira de Sousa.
Miguel Alves (PI), 23 de fevereiro de 2021.
Publique-se.
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI.
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI.
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2021/PMMA/PI.

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo. 24, Inciso II c/c art.23, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi cumprido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 00.0202/2021/PMMA/PI.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento de material de limpeza, para atender necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.

FAVORECIDO: A F V DE SOUSA - ME.
CNPJ: 12.041.253/0001-92.
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses.
Valor Global: R$ 14.785,00 (Quatorze Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais).
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II c/c art. 23, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 08/2021/PMMA/PI.
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FMAS, Criança Feliz, CRAS, Pro Jovem, IGD Suas Dotação Orçamentária: 08.244.0016.2150.0000; 08.243.0015.2124.0000; 08.243.0017.2154.0000; 08.244.0016.1673.0000; 08.244.0016.2125.0000; 08.244.0016.2147.0000; - Elemento de Despesa: 33.90.30 – Projeto Atividade: 2124;2154;1673;2125;2147;2150 - Fonte: 001; 311.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete do Prefeito, em 22 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI.
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI.
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00.0236/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de água mineral, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração/PMMA
CNPJ: 06.553.614/0001 - 87.
CONTRATADO: Ashiey Christiny da Silva Rodrigues (Disk Água O Telmar).
CNPJ: 40.274.764/0001-90
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 8.030,00 (Oito Mil e Trinta Reais).
FONTE DE RECURSO: Recursos Ordinários: FPM, ICMS, Dotação Orçamentária: 04.122.0005.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2040; Fonte: 001.
VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 23/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 23/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal de Administração: Gilmar Sousa Rebelo. Contratado: Ashiley Christiny da Silva Rodrigues - MEI.: Ashiley Christiny da Silva Rodrigues.
Miguel Alves (PI), 23 de fevereiro de 2021.
Publique-se.
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI.
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI.
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2021/PMMA/PI.

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi cumprido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 00.0236/2021/PMMA/PI.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de água mineral para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.

FAVORECIDO: Ashiley Christiny da Silva Rodrigues - MEI.
CNPJ: 40.274.764/0001-90.
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses.
Valor Global: R$ 8.030,00 (Oito Mil e Trinta Reais).
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 09/2021/PMMA/PI.
Recursos Ordinários: FPM, ICMS, Dotação Orçamentária: 04.122.0005.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2040; Fonte: 001.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete do Prefeito, em 22 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

PMMA/CPL
FL.: 139
ASS.: 2021/21

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI.
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI.
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

PREFEITURA MUNICIPA...

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00.0202/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento de material de limpeza, para atender necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.
CNPJ: 15.759.262/0001-01
CONTRATADO: A F V DE SOUSA - ME.
CNPJ: 12.041.253/0001-92
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II c/c Art. 23, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 14.785,00 (Quatorze Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais).
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FMAS, Criança Feliz, CRAS, Pro Jovem, IGD Suas Dotação Orçamentária: 08.244.0016.2150.0000; 08.243.0015.2124.0000; 08.243.0017.2154.0000; 08.244.0016.1673.0000; 08.244.0016.2125.0000; 08.244.0016.2147.0000; - Elemento de Despesa: 33.90.30 - Projeto Atividade: 2124;2154;1673;2125;2147;2150-Fonte:001; 311
VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 23/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 23/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social: Arlene Naiara Leal da Silva Rebelo. Contratado: A F V de Sousa: Antônio Francisco Vieira de Sousa.
Miguel Alves (PI), 23 de fevereiro de 2021.
Publique-se.
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI.
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI.
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

PREFEITURA MUNICIPA...

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2021/PMMA/PI.

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo. 24, Inciso II c/c art.23, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi cumprido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 00.0202/2021/PMMA/PI.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento de material de limpeza, para atender necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.

FAVORECIDO: A F V DE SOUSA - ME.
CNPJ: 12.041.253/0001-92.
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses.
Valor Global: R$ 14.785,00 (Quatorze Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais).
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II c/c art. 23, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 08/2021/PMMA/PI.
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FMAS, Criança Feliz, CRAS, Pro Jovem, IGD Suas Dotação Orçamentária: 08.244.0016.2150.0000; 08.243.0015.2124.0000; 08.243.0017.2154.0000; 08.244.0016.1673.0000; 08.244.0016.2125.0000; 08.244.0016.2147.0000; - Elemento de Despesa: 33.90.30 – Projeto Atividade: 2124;2154;1673;2125;2147;2150 - Fonte: 001; 311.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete do Prefeito, em 22 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI.
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI.
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

PREFEITURA MUNICIPA...

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00.0236/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de água mineral, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração/PMMA
CNPJ: 06.553.614/0001 - 87.
CONTRATADO: Ashley Christiny da Silva Rodrigues (Disk Água O Telmar).
CNPJ: 40.274.764/0001-90
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 8.030,00 (Oito Mil e Trinta Reais).
FONTE DE RECURSO: Recursos Ordinários: FPM, ICMS, Dotação Orçamentária: 04.122.0005.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2040; Fonte: 001.
VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 23/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 23/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal de Administração: Gilmar Sousa Rebelo. Contratado: Ashley Christiny da Silva Rodrigues - MEI.: Ashley Christiny da Silva Rodrigues.
Miguel Alves (PI), 23 de fevereiro de 2021.
Publique-se.
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI.
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI.
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

PREFEITURA MUNICIPA...

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2021/PMMA/PI.

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi cumprido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 00.0236/2021/PMMA/PI.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de água mineral para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.

FAVORECIDO: Ashley Christiny da Silva Rodrigues - MEI
CNPJ: 40.274.764/0001-90.
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses.
Valor Global: R$ 8.030,00 (Oito Mil e Trinta Reais).
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 09/2021/PMMA/PI.
Recursos Ordinários: FPM, ICMS, Dotação Orçamentária: 04.122.0005.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2040; Fonte: 001.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete do Prefeito, em 22 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

PMMA/CPL
02021 21
FLS.:

DISTRIBUIÇÃO DE CHIPS

O campus Parnaíba divulgou comunicado com lista de alunos contemplados para entrega de chips com internet do Projeto Conectados que está prevista para o dia 25 de fevereiro no horário de 8 às 12h e 14 às 17h.

GEOGRAFIA E PESQUISA

O curso de pós-graduação é gratuito e as inscrições acontecem entre os dias 1 e 19 do mês de março, através do site do Nucepe

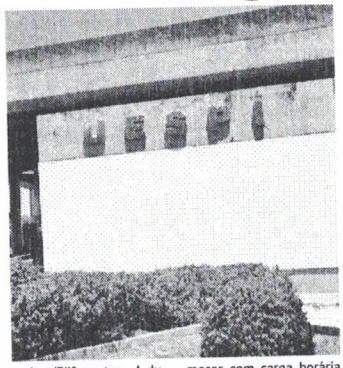
Especialização na Uespi oferta 40 vagas

A Especialização em Geografia e Pesquisa irá ofertar 40 vagas para ampla concorrência e servidores do quadro efetivo da UESPI. O curso de pós-graduação é gratuito e as inscrições acontecem entre os dias 1 e 19 de março através do site do Nucepe.

Serão 35 vagas para ampla concorrência e 5 vagas para servidores da UESPI. As aulas acontecerão na modalidade remota no primeiro semestre de 2021. O Processo de Seleção será realizado em duas etapas, ambas valendo 10 pontos. A primeira consiste na avaliação do Projeto Preliminar de Pesquisa e a segunda consiste na análise do Curriculum Vitae/Lattes do candidato.

O coordenador do curso de pós-graduação, João Paulo Centelhas, informa que a especialização é um curso que se dirige, sobretudo, aos graduados em geografia e áreas afins e é dedicado justamente a estimular um processo de pesquisa.

As aulas da especialização acontecerão na modalidade remota no primeiro semestre de 2021



"A especialização em Geografia e Pesquisa é um curso para que os pesquisadores possam se qualificar em uma área bem ampla. Vão ser em torno de treze disciplinas ao longo de um ano e meio. A especialização é importante, já que temos apenas um curso de pós-graduação na área em Teresina (PI)", pontua. A duração do curso é de 18 meses com carga horária total de 420 horas.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 07/2021/PMMA/PI.

A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi consumido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 08/0217/2021/PMMA/PI.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de material elétrico, hidráulico e outros para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.

FAVORECIDO: Casa do Cimento e Construções Ltda. - ME.
CNPJ: 28.736.548/0001-68.
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses.
Valor Global: R$ 17.297,30 (Dezessete Mil Novecentos e Sete Reais e Dez Centavos).
Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo da Dispensa de licitação nº 07/2021/PMMA/PI.
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, Dotação Orçamentária: 04.122.0065.2040.0000 – Elemento de Despesa: 33.90.30 – Projeto Atividade: 2040 – Fonte 001.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete do Prefeito, em 19 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2021/PMMA/PI.

A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no artigo 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi consumido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 09/0236/2021/PMMA/PI.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de água mineral para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.

FAVORECIDO: Ashley Christiny da Silva Rodrigues - MEI.
CNPJ: 08.274.764/0001-90
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses.
Valor Global: R$ 8.030,00 (Oito Mil e Trinta Reais).
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo da Dispensa de licitação nº 09/2021/PMMA/PI.
Recursos Ordinários: FPM, ICMS. Dotação Orçamentária: 04.122.0065.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2040. Fonte: 001

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete do Prefeito, em 22 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2021/PMMA/PI.

A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo. 24, Inciso II, do Art. 23, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi consumido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 08/0220/2021/PMMA/PI.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento de material de limpeza, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.

FAVORECIDO: A F V DE SOUSA - ME.
CNPJ: 12.041.253/0001-92.
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses
Valor Global: R$ 14.795,00 (Quatorze Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais)
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II e/c art. 23, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo da Dispensa de licitação nº 08/2021/PMMA/PI.
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FMAS, Cidanza Feliz, CRAS, Pro Jovem, IGD Suas
Dotação Orçamentária: 08.244.0016.2150.0000; 08.243.0015.2124.0000; 08.243.0017.2154.0000; 08.244.0016.2173.0000; 08.244.0016.2175.0000; 08.244.0016.2147.0000; - Elemento de Despesa: 33.90.30 – Projeto Atividade: 2124,2154,2173,2175,2147,2150-Fonte: 001, 311.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete de Prefeito, em 22 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2021/PMMA/PI.

A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi consumido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 06/0210/2021/PMMA/PI.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de material elétrico, hidráulico e outros para atender necessidades da Secretaria Municipal de Educação/PMMA/PI.

FAVORECIDO: Casa do Cimento e Construções Ltda. - ME.
CNPJ: 28.736.548/0001-68.
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses.
Valor Global: R$ 17.274,80 (Dezessete Mil Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Oitenta Centavos)
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do presente da Dispensa de licitação nº 06/2021/PMMA/PI.
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FMF. Dotação Orçamentária: 12.361.0030.2203.0000; 12.361.0030.2202.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2203, 2202 - Fonte: 001, 116

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete de Prefeito, em 19 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

ALFABETIZAÇÃO

Governo do Estado e FGV fazem parceria

Com o objetivo de alfabetizar 200 mil jovens e adultos do Piauí, consultores da Fundação Getúlio Vargas (FVG) e gestores da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) iniciaram, nesta semana, uma série de encontros para implementar o programa Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA). A ação faz parte do PRO Piauí Educação.



O superintendente de Educação Profissional e EJA, José Barros, relata que o principal foco do programa é o fortalecimento e consolidação da Educação de Jovens e Adultos no Piauí. "As equipes estão reunidas durante toda essa semana construindo o documento e editais necessários à implementação do programa AJA Piauí. Nossa meta é alfabetizar 200 mil jovens e adultos piauienses nos anos de 2021 e 2022. É uma preocupação do governador Wellington Dias que o Piauí avance também nesse setor", explica o superintendente.

O programa envolverá diversos atores como os parceiros atuais, toda a rede da Seduc, organizações civis e sociais, municípios e outras entidades e trabalhará com sistema de monitoramento e gestão. Além disso, o AJA Piauí promoverá a mobilização de atores locais em um arranjo institucional e elaborará projeto pedagógico e plano de ação. Tudo isso visando elaborar uma política educacional para alfabetização de jovens e adultos respeitando suas individualidades e características.

O Secretário de Estado da Educação, Ellen Gera, afirma que o programa pretende atender os 224 municípios piauienses, contemplando, por meio de bolsa de estudo, pessoas que se enquadrem na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e outras iniciativas, a fim de melhorar os índices de alfabetização no estado.

"O programa de Educação de Jovens e Adultos, dentro do PRO Educação, é o maior desafio da gestão, porque temos que trabalhar na perspectiva de alfabetizar mais pessoas para que elas possam ter uma profissão e ampliar a escolaridade. Reduzindo o analfabetismo, iremos aumentar a produtividade e influenciar no desenvolvimento do Piauí", comenta o secretário.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 06/0210/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de material elétricos, hidráulicos e outros, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Educação/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação/PMMA
CNPJ: 06.553.614/0004 - 70.
CONTRATADO: Casa do Cimento e Construções Ltda. - ME.
CNPJ: 28. 736.548/0001-68
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 17.274,80 (Dezessete Mil Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Oitenta Centavos)
FONTE DE RECURSO: Recursos Ordinários: FPM, FME, FUNDEB 40%, ICMS. Dotação Orçamentária, 12.361.0030.2203.0000; 12.361.0030.2202.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2203; 2202- Fonte: 001; 116
VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 22/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 22/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal de Educação: Jose Pereira Rodrigues da Silva, Contratado: Casa do Cimento e Construções Ltda.: Fábio de Alcântara Pires.
Miguel Alves (PI), 22 de fevereiro de 2021.
Publique-se.
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 07/0217/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de material elétrico, hidráulico e outros, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração/PMMA
CNPJ: 06.553.614/0001 - 87
CONTRATADO: Casa do Cimento e Construções Ltda. - ME.
CNPJ: 28.736.548/0001-68
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 17.297,10 (Dezessete Mil Novecento e Sete Reais e Dez Centavos).
FONTE DE RECURSO: Recursos Ordinários: FPM, ICMS. Dotação Orçamentária: 04.122.0065.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2040; Fonte: 001.
VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 21/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 22/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal de Administração: Gilmar Sousa Rebelo. Contratado: Casa do Cimento e Construções Ltda.: Fábio de Alcântara Pires.
Miguel Alves (PI), 22 de fevereiro de 2021.
Publique-se.
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 08/0202/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento de material de limpeza, para atender necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.
CNPJ: 15.759.265/0001-01
CONTRATADO: A F V DE SOUSA - ME.
CNPJ: 12.041.253/0001-92
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II e/c Art. 23, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 14.795,00 (Quatorze Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais)
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FMAS, Cidanza Feliz, CRAS, Pro Jovem, IGD Suas Dotação Orçamentária: 08.244.0016.2150.0000; 08.243.0015.2124.0000; 08.243.0017.2154.0000; 08.244.0016.2173.0000; 08.244.0016.2175.0000; 08.244.0016.2147.0000; - Elemento de Despesa: 33.90.30 - Projeto Atividade: 2124,2154,2173,2175,2147,2150-Fonte: 001; 311
VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 23/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 22/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social: Arlene Naura Leal da Silva Rebelo. Contratado: A F V de Sousa: Avalício Francisco Vieira de Sousa.
Miguel Alves (PI), 23 de fevereiro de 2021.
Publique-se.
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 33 – CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-87

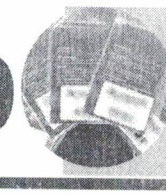
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09/0236/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de água mineral, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração/PMMA
CNPJ: 06.553.614/0001 - 87.
CONTRATADO: Ashley Christiny da Silva Rodrigues (Dist. Água O Telmo).
CNPJ: 08.274.764/0001-90
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 8.030,00 (Oito Mil e Trinta Reais).
FONTE DE RECURSO: Recursos Ordinários: FPM, ICMS. Dotação Orçamentária: 04.122.0065.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2040; Fonte: 001.
VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 23/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 23/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal de Administração: Gilmar Sousa Rebelo. Contratado: Ashley Christiny da Silva Rodrigues - MEI. Ashley Christiny da Silva Rodrigues.
Miguel Alves (PI), 23 de fevereiro de 2021.
Publique-se.
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI

PMMA/CPL
0202/21
ASS.:

Educação

JORNAL MEIO NORTE- TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 24 de fevereiro de 2021



DISTRIBUIÇÃO DE CHIPS

O campus Parnaíba divulgou comunicado com lista de alunos contemplados para entrega de chips com internet do Projeto Conectados que está prevista para o dia 25 de fevereiro no horário de 8 às 12h e 14 às 17h.

GEOGRAFIA E PESQUISA O curso de pós-graduação é gratuito e as inscrições acontecem entre os dias 1 e 19 do mês de março, através do site do Nucepe

Especialização na Uespi oferta 40 vagas

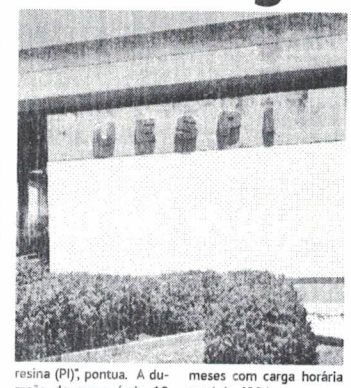
A Especialização em Geografia e Pesquisa irá ofertar 40 vagas para ampla concorrência e servidores do quadro efetivo da UESPI. O curso de pós-graduação é gratuito e as inscrições acontecem entre os dias 1 e 19 de março através do site do Nucepe.

Serão 35 vagas para ampla concorrência e 5 vagas para servidores da UESPI. As aulas acontecerão na modalidade remota no primeiro semestre de 2021. O Processo de Seleção será realizado em duas etapas, ambas valendo 10 pontos. A primeira consiste na avaliação do Projeto Preliminar de Pesquisa e a segunda consiste na análise do Curriculum Vitae/Lattes do candidato.

O coordenador do curso de pós-graduação, João Paulo Centelhas, informa que a especialização é um curso que se dirige, sobretudo, aos graduados em geografia e áreas afins e é dedicado justamente a estimular um processo de pesquisa.

As aulas da especialização acontecerão na modalidade remota no primeiro semestre de 2021

"A especialização em Geografia e Pesquisa é um curso para que os pesquisadores possam se qualificar em uma área bem ampla. Vão ser em torno de treze disciplinas ao longo de um ano e meio. A especialização é importante, já que temos apenas um curso de pós-graduação na área em Teresina (PI)", pontua. A duração do curso é de 18 meses com carga horária total de 420 horas.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 35 - CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-67

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 07/2021/PMMA/PI.

A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi cumprido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações. **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 00.0217/2021/PMMA/PI

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de material elétrico, hidráulico e outros para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.

FAVORECIDO: Casa do Cimento e Construções Ltda. - ME.
CNPJ: 28.736.540/0001-68.
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses.
Valor Global: R$ 17.097,10 (Dezessete Mil Noventa e Sete Reais e Dez Centavos).
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93
Justificativa: Acima uma outra do processo da Dispensa de licitação nº 07/2021/PMMA/PI
Fonte de Recursos: FPM, ICMS. Dotação Orçamentária: 04.122.0065.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 – Projeto Atividade: 2040 - Fonte: 601

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete do Prefeito, em 19 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 35 - CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-67

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2021/PMMA/PI.

A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi cumprido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações. **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 00.0236/2021/PMMA/PI.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de água mineral para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI

FAVORECIDO: Ashley Chantley da Silva Rodrigues - MEI.
CNPJ: 40.274.761/0001-00
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses.
Valor Global: R$ 8.030,00 (Oito Mil e Trinta Reais).
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa: Acima nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 09/2021/PMMA/PI.
Recursos Ordinários: FPM, ICMS. Dotação Orçamentária: 04.122.0065.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2040 Fonte: 001.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete do Prefeito, em 22 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA-PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 35 - CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-67

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2021/PMMA/PI.

A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo. 24, Inciso II, ou no art.25, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi cumprido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações. **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 00.0202/2021/PMMA/PI.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento de material de limpeza, para atender necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.

FAVORECIDO: A F V DE SOUSA - ME.
CNPJ: 12.041.253/0001-92.
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses
Valor Global: R$ 14.795,20 (Quatorze Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais)
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II ou art. 25, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa: Acima nos autos do processo da Dispensa de licitação nº 08/2021/PMMA/PI.
Fonte de Recursos: FPM, ICMS. FMAS, Criança Feliz, CRAS, Pro Jovem, IGD Bolsa Dotação Orçamentária: 08.244.0016.2150.0000; 08.243.0015.2124.0000; 08.243.0017.2154.0000; 08.244.0016.2175.0000; 08.244.0016.2147.0000; - Elemento de Despesa: 33.90.30 - Projeto Atividade: 2124,2134,1673,2135,2147/2150 - Fonte: 601, 311.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete do Prefeito, em 22 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 35 - CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-67

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2021/PMMA/PI.

A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO/JURÍDICO, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi cumprido as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações. **RATIFICO E ADJUDICO, HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** do processo administrativo nº 00.0170/2021/PMMA/PI

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da justificativa expedida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI/Parecer da Procuradoria Jurídica conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de material elétrico, hidráulico e outros para atender necessidades da Secretaria Municipal de Educação/PMMA/PI.

FAVORECIDO: Casa do Cimento e Construções Ltda. - ME.
CNPJ: 28.736.540/0001-68.
Prazo de Execução e Vigência 03 (Três) Meses.
Valor Global: R$ 17.278,80 (Dezessete Mil Duzentos e Setenta e Oito Reais e Oitenta Centavos)
Fundamento Legal: Artigo. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.
Justificativa: Acima nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 06/2021/PMMA/PI.
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FME. Dotação Orçamentária: 12.361.0030.2203.0000; 12.361.0030.2202.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30/Projeto Atividade: 2202, 2203/ Fonte: 601, 116

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente juntado aos autos do Processo Administrativo.

Gabinete do Prefeito, em 19 de fevereiro de 2021.

Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI

ALFABETIZAÇÃO

Governo do Estado e FGV fazem parceria

Com o objetivo de alfabetizar 200 mil jovens e adultos do Piauí, consultores da Fundação Getúlio Vargas (FVG) e gestores da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) iniciaram, nesta semana, uma série de encontros para implementar o programa Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA). A ação faz parte do PRO Piauí Educação.



O superintendente de Educação Profissional e EJA, José Barros, relata que o principal foco do programa é o fortalecimento e consolidação da Educação de Jovens e Adultos no Piauí. "As equipes estão reunidas durante toda essa semana construindo o documento e editais necessários à implementação do programa AJA Piauí. Nossa meta é alfabetizar 200 mil jovens e adultos piauienses nos anos de 2021 e 2022. É uma preocupação do governador Wellington Dias que o Piauí avance também nesse setor", explica o superintendente.

O programa envolverá diversos atores como os parceiros atuais, toda a rede da Seduc, organizações civis e sociais, municípios e outras entidades e trabalhará com sistema de monitoramento e gestão. Além disso, o AJA Piauí promoverá a mobilização de atores locais em um arranjo institucional e elaborará projeto pedagógico e plano de ação. Tudo isso visando elaborar uma política educacional para alfabetização de jovens e adultos respeitando suas individualidades e características.

O Secretário de Estado da Educação, Ellen Gera, afirma que o programa pretende atender os 224 municípios piauienses, contemplando, por meio de bolsa de estudo, pessoas que se enquadrem na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e outras iniciativas, a fim de melhorar os índices de alfabetização no estado.

"O programa de Educação de Jovens e Adultos, dentro do PRO Educação, é o maior desafio da gestão, porque temos que trabalhar na perspectiva de alfabetizar mais pessoas para que elas possam ter uma profissão e ampliar a escolaridade. Reduzindo o analfabetismo, iremos aumentar a produtividade e influenciar no desenvolvimento do Piauí", comenta o secretário.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 35 - CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-67

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00.0219/2021 - PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de material elétrico, hidráulico e outros, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Educação/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação/PMMA
CNPJ: 06.553.614/0001 - 67
CONTRATADO: Casa do Cimento e Construções Ltda. - ME.
CNPJ: 28.736.540/0001-68
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93. Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 17.274,80 (Dezessete Mil Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Oitenta Centavos)
FONTE DE RECURSO: Recursos Ordinários: FPM, FME, FUNDEB 40%, ICMS, Dotação Orçamentária: 12.361.0030.2203.0000; 12.361.0030.2202.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30/Projeto Atividade: 2202, 2203/ Fonte: 601, 116.
VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 22/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 22/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal de Educação: Jose Pereira Rodrigues da Silva, Contratado: Casa do Cimento e Construções Ltda.: Fábio de Alcântara Pires.
Miguel Alves (PI), 22 de fevereiro de 2021.
Publique-se
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 35 - CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-67

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00.0202/2021 - PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento de material de limpeza, para atender necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e de Assistência Social/PMMA/PI.
CNPJ: 11.759.267/0001-61
CONTRATADO: A F V DE SOUSA - ME.
CNPJ: 12.041.253/0001-92
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº. 8.666/93. Art. 24, Inciso II ou Art. 25, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 14.795,20 (Quatorze Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais)
Fonte de Recursos: FPM, ICMS, FMAS, Criança Feliz, CRAS, Pro Jovens, IGD Bolsa Dotação Orçamentária: 08.244.0016.2150.0000; 08.243.0015.2124.0000; 08.243.0017.2154.0000; 08.244.0016.2175.0000; 08.244.0016.2147.0000; - Elemento de Despesa: 33.90.30 - Projeto Atividade: 2124,2134,1673,2135,2147/2150 - Fonte: 601, 311.
VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 22/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 22/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social: Arlene Neusa Leal da Silva Rebelo. Contratado: A F V de Sousa: Arailton Francisco Vieira de Sousa.
Miguel Alves (PI), 23 de fevereiro de 2021.
Publique-se
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 35 - CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-67

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00.0217/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de material elétrico, hidráulico e outros, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração/PMMA
CNPJ: 06.553.614/0001 - 67
CONTRATADO: Casa do Cimento e Construções Ltda. - ME
CNPJ: 28.736.540/0001-68
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº. 8.666/93, Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
Valor Global: R$ 17.097,10 (Dezessete Mil Noventa e Sete Reais e Dez Centavos).
FONTE DE RECURSO: Recursos Ordinários: FPM, ICMS, Dotação Orçamentária: 04.122.0065.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2040; Fonte: 001.
VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 22/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 22/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal de Administração: Gilmar Sousa Rebelo. Contratado: Casa do Cimento e Construções Ltda.: Fábio de Alcântara Pires.
Miguel Alves (PI), 22 de fevereiro de 2021.
Publique-se
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PMMA/PI
GABINETE DO PREFEITO/PMMA/PI
RUA MARIANO MENDES Nº 35 - CENTRO – CEP: 64.130.000
CNPJ: 06.553.614/0001-67

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2021/PMMA/PI.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2021 – PMMA/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00.0236/2021 – PMMA/PI.
OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento em caráter de urgência de água mineral, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração/PMMA/PI.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração/PMMA
CNPJ: 06.553.614/0001 - 67
CONTRATADO: Ashley Chrisley de Silva Rodrigues (Dish Água O Telmo).
CNPJ: 40.274.761/0001-00
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93
Valor Global: R$ 8.030,00 (Oito Mil e Trinta Reais)
FONTE DE RECURSO: Recursos Ordinários: FPM, ICMS, Dotação Orçamentária: 04.122.0065.2040.0000 - Elemento de Despesa: 33.90.30 Projeto Atividade: 2040; Fonte: 001.
VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 23/05/2021 - 03 (três) meses da data da Assinatura.
Data Assinatura: 23/02/2021.
SIGNATÁRIOS: Contratante: Secretaria Municipal de Administração: Gilmar Sousa Rebelo. Contratado: Ashley Chrisley da Silva Rodrigues - MEI: Ashley Chrisley da Silva Rodrigues.
Miguel Alves (PI), 23 de fevereiro de 2021.
Publique-se
Francisco Antônio Rebelo de Paiva
Prefeito Municipal/PMMA/PI